



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFPB- CAMPUS SOUSA- Análise do perfil socioeconômico dos discentes

Autora: Francineide Fernandes de Lucena

Coautora: Andreza Carla da Silva Dantas

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba- IFPB- email: campus.sousa@ifpb.edu.br

Resumo

Esse trabalho se propõe a analisar a Política de Assistência Estudantil implementada no âmbito do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba- Campus Sousa. Para tanto, faz-se necessário uma breve explanação sobre as mudanças ocorridas na educação brasileira nos anos 90. Entendendo que a Política de Assistência Estudantil, enquanto política social de direito operacionalizada no âmbito da educação, deve contribuir para reduzir os efeitos das desigualdades sociais através da criação de mecanismos que viabilizem a permanência de estudantes das camadas sociais menos favorecidas no âmbito das Instituições Federais de Educação, permitindo que cheguem ao término de sua trajetória acadêmica de forma satisfatória. No caso específico do objeto estudado faz-se necessário discutir o processo de expansão da Educação Profissional, através da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência Tecnologia, bem como o surgimento do Plano Nacional de Assistência Estudantil- PNAES. Buscou-se traçar o perfil socioeconômico dos discentes contemplados pelos programas de assistência estudantil, no ano 2015, destacando os aspectos de renda, idade, sexo, local de origem, e composição familiar. A pesquisa foi realizada nos meses de Março e Abril de 2015, caracteriza-se como exploratória, com abordagem quantitativa. Utilizou-se como instrumento para coleta dos dados entrevista orientado por um formulário semiestruturado, contendo perguntas abertas e fechadas. O estudo demonstrou o crescimento na oferta dos programas de assistência estudantil no Campus- Sousa, cumprindo assim os objetivos do PNAES, na medida em que garante aos discentes, o acesso, a permanência e a conclusão do curso.

Palavras-chave: Assistência ao educando, inclusão, política educacional, auxílios.

Introdução

As políticas públicas no Brasil sofreram grandes alterações a partir dos anos 90. No que diz respeito à política educacional o marco dessas transformações ocorre após a promulgação da Constituição de 1988, com a aprovação das novas Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96).



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE- 2001- 2010), através da Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, demarcou as orientações gerais nas reformas educacionais, mediante estratégias de diversificação e de instituições e modalidade de cursos presenciais e à distância, bem como a estabeleceu processos e parâmetros de avaliação dos referidos cursos, baseados em critérios de eficiência e eficácia.

O PNE (2001-2010) estabeleceu as diretrizes e metas da educação brasileira para um período dez anos, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Os objetivos gerais da educação estabelecidos no PNE são: a elevação global do nível de educação da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais, no tocante ao acesso e à permanência na educação pública, e a democratização da gestão do ensino público. No ano de 2014, através da Lei nº 13.005/ 2014 foi aprovado o novo Plano Nacional de Educação (PNE- 2014- 2024), o qual em consonância com a Constituição Federal de 1988 e ampliando seus fundamentos, traz diretrizes essenciais para os próximos dez anos da educação brasileira.

Portanto, a aprovação dos referidos planos demarcam a orientação geral das reformas educacionais brasileiras, mediante estratégias de diversificação de instituições e modalidades de cursos presenciais e à distância, bem como a importância de processos de avaliação de qualidade baseados em critérios de eficiência e eficácia. Salienta-se que esses instrumentos normativos conduzidos pelo estado brasileiro mostram a vinculação de suas concepções às orientações preconizadas pelos organismos internacionais no cenário global de reestruturação do capital (SILVA JUNIOR e SGUISSARDI, apud, LIMA FILHO, 2015, p. 201).

Portanto, a lógica que subsidiou a reestruturação e expansão da educação superior brasileira nos anos 90, estão em conformidade com a concepção da década anterior e tratam de dar-lhes continuidade e materialidade. Dentre esses se destacam como principais: O Fundo de Financiamento do Ensino Superior (FIES), O Programa de



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Universidade para Todos (PROUNI), a Universidade Aberta do Brasil(UBA), O Programa de Apoio e Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e a criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFs).

A reforma da rede de educação profissional intensificou-se a partir do segundo mandato do ex-presidente Lula. Sinteticamente, a reforma da educação profissional foi instituída pela lei 11.892 de dezembro de 2008, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), que redesenhou a rede federal de educação profissional e tecnológica então existente no Brasil.

De acordo com a lei, os IFs são instituições que têm por finalidade ofertar educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades, bem como promover a integração e verticalização da educação profissional, desde a educação básica até a educação superior. Atualmente a rede conta com 42 instituições, totalizando aproximadamente 540 campi em todo Brasil.

A implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, aconteceu em março de 2008, fruto da fusão do CEFET/PB e a Escola Agrotécnica Federal de Sousa, em resposta à Chamada pública MEC/SETEC nº. 002/2007 foi selecionada conforme Portaria nº. 116, de 31 de março de 2008. Ao final de 2008, a Lei nº. 11.892 instituiu a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, o que possibilitou a implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB).

Com o advento da Lei 11.892 (BRASIL, 2008b), o Instituto se consolida como uma instituição de referência da Educação Profissional na Paraíba. Sua atuação não se restringe ao estado da Paraíba, mas gradativamente vem se consolidando dentro do contexto delimitado pelos estados de Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte. A recente configuração do IFPB se constitui numa estrutura multicampi passando a contar com os campi de João Pessoa, Cabedelo, Cabedelo Centro, Cajazeiras,



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Campina Grande, Catolé do Rocha, Esperança, Guarabira, Itabaiana, Itaporanga, Mangabeira, Monteiro, Patos, Picuí, Princesa Isabel, Santa Rita e Sousa.

No IFPB Campus Sousa são ofertados cursos de nível superior, técnicos integrados de nível médio e técnicos subsequentes, nas modalidades presenciais e a distância (EAD). Atualmente, estão matriculados 1.215 alunos, sendo 865 presenciais, e 350 na EAD.

O processo de expansão das Instituições Federais de Ensino (IFs) possibilitou o aumento da oferta de diversos cursos, assim como o acesso de estudantes das camadas menos favorecidas, através, sobretudo do cumprimento das ações afirmativas propostas pelo governo federal (Lei das Cotas -Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012) possibilitando uma maior de ingresso nos referidos cursos passou a ser realizado através do Exame Nacional do Médio(ENEM).

Como forma de debater as condições de acesso e permanência dos estudantes nas IFs, o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) realizou no ano de 2004, estudos que demonstram que o perfil socioeconômico da sociedade brasileira está reproduzido no perfil dos alunos das IFES. Esse trabalho identificou as dificuldades socioeconômicas de uma parcela significativa do segmento estudantil como uma das causas da evasão e da retenção. Questões como moradia, alimentação, manutenção, meios de transporte e saúde tornam-se demandas primordiais para garantir a permanência desses estudantes nas IFES. Tal diagnóstico possibilitou a criação do Plano Nacional de Assistência Estudantil- PNAES, aprovado pelo decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, o qual apresenta as diretrizes norteadoras para a definição de programas e projetos voltados ao atendimento das demandas socioeconômicas dos estudantes carentes, de modo a garantir o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos. O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES é executado no âmbito do Ministério da Educação, em parceria com as instituições de ensino superior, tendo como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. O



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

programa estabelece em seu parágrafo único que: Compreendem-se como ações de assistência estudantil iniciativas desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - assistência à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; e IX - apoio pedagógico. Em resumo, as ações de assistência estudantil sugeridas pelo PNAES devem ter como prioridade fundamental viabilizar a igualdade de oportunidades e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico do aluno, além de agir, preventivamente, para minimizar as situações de repetência e evasão decorrentes de insuficiência de necessidades financeiras.

No âmbito do Instituto Federal de Educação e Tecnologia da Paraíba, a política de assistência estudantil foi regulamentada pela Resolução nº 12 de Fevereiro de 2011 e convalidada pelo Conselho Superior através da Resolução nº 40 de 06 de maio de 2011. A operacionalização dos programas previstos na política de assistência estudantil do IFPB é de responsabilidade de uma equipe interdisciplinar envolvendo profissionais de diferentes áreas do conhecimento, dentre eles, o assistente social. A implementação dos Programas de Assistência Estudantil no âmbito do IFPB-Campus Sousa está vinculada ao Departamento de Assistência ao Educando, através da oferta de auxílios em forma de pecúnia (auxílio moradia, auxílio alimentação, auxílio transporte, bolsas de pesquisa, monitoria e iniciação ao trabalho), assim como os serviços de atendimento médico-odontológico, atendimento psicossocial, acompanhamento didático-pedagógico, orientação nutricional, refeitório, residência masculina e feminina. No tocante aos auxílios em pecúnia no ano de 2015 estão sendo ofertados 216 auxílios moradia, 216 auxílios alimentação, 386 auxílios transporte, 10 bolsas de monitoria, 10 bolsas de pesquisa, 08 bolsas de extensão e 05 bolsas de iniciação ao trabalho. A dotação orçamentária disponibilizada para execução da assistência estudantil no ano de 2015 foi de 1.622,626.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A seleção dos discentes acontece anualmente, através de editais. Ressalta-se que os discentes contemplados como os auxílios moradia, alimentação, transporte e iniciação ao trabalho foram entrevistados pelas assistentes sociais e apresentaram na ocasião, documentos que comprovam sua condição de vulnerabilidade social.

O interesse pelo estudo dessa temática surge de nossa atuação enquanto profissionais responsáveis pela implementação e execução da referida política no âmbito do IFPB-Campus Sousa. Dessa forma, buscou-se traçar o perfil socioeconômico dos discentes contemplados pelos programas de assistência estudantil, no ano 2015, destacando os aspectos de renda, idade, sexo, local de origem, e composição familiar, bem como avaliar qual a importância atribuída à referida política pelos discentes.

Metodologia

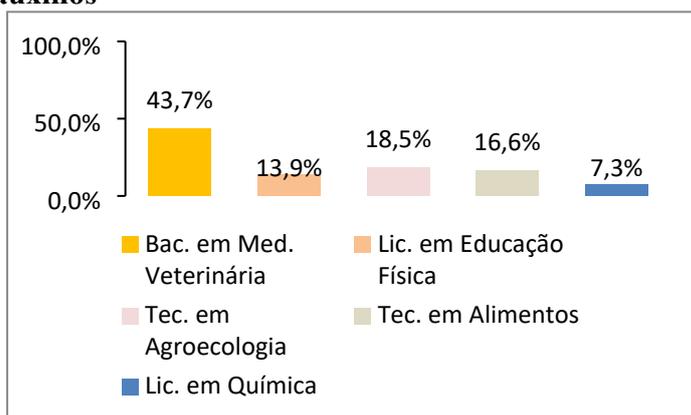
A pesquisa caracteriza-se como exploratória, com abordagem quantitativa. Inicialmente foi realizada uma revisão de literatura sobre o tema proposto. Utilizou-se como instrumento para coleta dos dados entrevista orientado por um formulário semiestruturados, contendo perguntas abertas e fechadas. A pesquisa foi realizada no IFPB-Campus Sousa durante os meses de Março e Abril de 2015. O universo da pesquisa totalizou 386 (trezentos e oitenta e seis) discentes entrevistados durante o processo seletivo, sendo que para realização desse estudo, optou-se intencionalmente por utilizar apenas uma amostra dos alunos que solicitaram os três auxílios (moradia, alimentação e transporte), totalizando 216 (duzentos e dezesseis) entrevistas. Os dados quantitativos foram alocados em gráficos.

Resultados e discussões

No IFPB - Campus Sousa são oferecidos os cursos superiores de Bacharelado em Medicina Veterinária, Licenciatura em Educação Física, Licenciatura em Química, Licenciatura em Letras (EAD), Tecnólogo em Alimentos e Tecnólogo em Agroecologia. Estão matriculados nos referidos cursos 421 discentes.



Gráfico 1- Discentes dos cursos superiores contemplados com auxílios



Fonte: Pesquisa direta

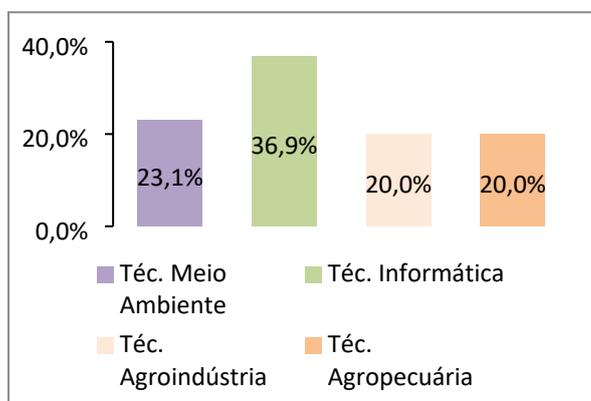
A partir dos dados coletados, constatou-se que 43,7% dos discentes contemplados com auxílios moradia, alimentação e transporte estão matriculados no curso de Medicina Veterinária, seguidos de 18,5% dos matriculados no curso de Agroecologia, 16,6% discentes do curso de Alimentos, 13,9% no curso de Educação Física e 7,3% discentes do Curso de química. De acordo com dados do Setor de Registros Escolares, o curso de medicina veterinária apresenta o maior número de matrículas (140) no ano de 2015, fato que justifica o maior número de discentes contemplados (66) com auxílios.

Gráfico 2 - Discentes dos cursos técnicos contemplados com auxílios



II CONEDU

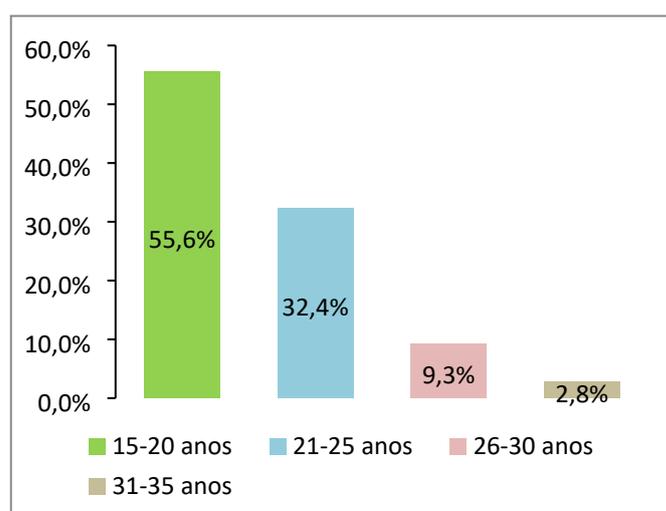
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO



Fonte: Pesquisa direta

De acordo com os resultados obtidos, o curso técnico com maior incidência de discentes contemplados com os auxílios foi o de Informática com percentual de 36,9%. Justifica-se tal número pelo fato de ser o curso técnico com maior número de matrículas (108). Um fato que contribui para explicar a busca pelo curso é que o setor de serviços na cidade de Sousa ocupa lugar de destaque no mercado de trabalho, o que demanda profissionais qualificados na área. Em seguida, o curso de Meio Ambiente abarca uma fatia de 23,1% do total de discentes contemplados. Havendo paridade entre os percentuais nos cursos de Agroindústria e Agropecuária, ambos com 20% de alunos contemplados.

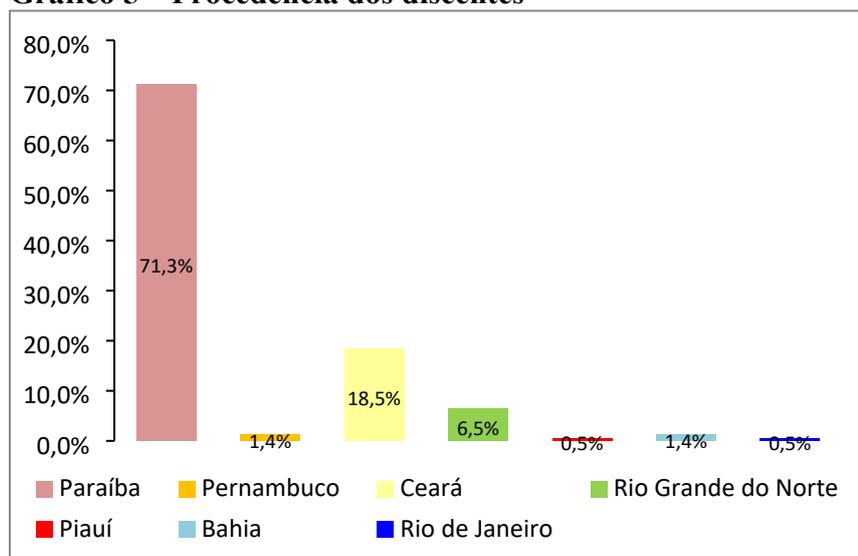
Gráfico 4 - Faixa etária dos discentes



Fonte: pesquisa direta

No tocante a faixa etária dos discentes que foram contemplados com os auxílios, a pesquisa apontou que 55,6% dos entrevistados pertencem à faixa etária dos 15 a 20 anos de idade, seguido da faixa dos 21 a 25 anos de idade com 32,4%. Na sequência com menor expressividade estão às faixas de 26 a 30 anos de idade e a de 31 a 35 anos de idade, com 9,3% e 2,8% respectivamente. Dessa forma, claramente é perceptível que a inserção dos discentes matriculados nos cursos Técnicos Integrados ao Médio e nos cursos Técnicos Subsequentes ao Médio, vem se dando dentro da faixa etária esperada, considerando que os Institutos Federais preferencialmente ofertam educação profissional de nível médio que atendem prioritariamente público jovem.

Gráfico 5 – Procedência dos discentes



Fonte: pesquisa direta

Com relação às localidades de origem dos discentes, segundo achados da pesquisa, 71,3% do universo analisado são procedentes de municípios circunvizinhos de Sousa, tais como: Aparecida, Lastro, Marizópolis, Nazarezinho, Santa Cruz, São Francisco, São José da Lagoa Tapada e Veirópolis, isso se justifica pelo fato da

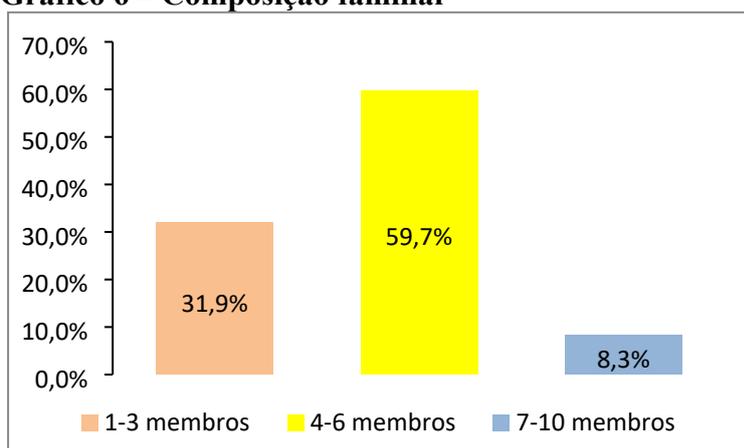


II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

cidade de Sousa ser a maior cidade da 10ª Região Geoadministrativa da Paraíba, agregando 08 municípios citados. Outro dado relevante a ser considerado, é que 25% dos discentes são oriundos dos vizinhos Estado do Ceará e Rio Grande de Norte, haja vista, que a cidade Sousa está geograficamente próxima às cidades de Mauriti- CE, Ipaumirim-CE, Pau dos Ferros- RN.

Gráfico 6 – Composição familiar



Fonte: pesquisa direta

No que diz respeito à composição familiar dos discentes, os dados demonstram que 59,7% estão inseridos em núcleos familiares compostos por até seis membros, seguidos de 31,9% com até três membros. Para tanto, os dados referentes à condição socioeconômica dessas famílias, revelam que 81,6% das famílias apresentam renda inferior 01 (hum) salário mínimo, fato que justifica a condição de vulnerabilidade social. A tabela abaixo apresenta o indicador do nível socioeconômico dos alunos dos 10 (dez) Campi do IFPB que participaram do Exame Nacional do Ensino Médio



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

(ENEM) 2015, e como se pode perceber, os alunos do Campus Sousa apresentaram baixo o índice socioeconômico, corroborando com dados coletados na pesquisa.

Indicador Socioeconômico dos discentes do IFPB no ENEM 2014

Nome da escola	Município	Indicador de nível socioeconômico
INSTITUTO FEDERAL DA PARAIBA - CAMPUS JOAO PESSOA	JOAO PESSOA	Médio Alto
INSTITUTO FEDERAL DA PARAIBA - CAMPUS CAMPINA GRANDE	CAMPINA GRANDE	Médio
INSTITUTO FEDERAL DA PARAIBA - CAMPUS PATOS	PATOS	Médio
INSTITUTO FEDERAL DA PARAIBA - CAMPUS GUARABIRA	GUARABIRA	Sem informação
INSTITUTO FEDERAL DA PARAIBA - CAMPUS CAJAZEIRAS	CAJAZEIRAS	Médio Baixo
INSTITUTO FEDERAL DA PARAIBA - CAMPUS PICUI	PICUI	Médio
INSTITUTO FEDERAL DA PARAIBA - CAMPUS PRINCESA ISABEL	PRINCESA ISABEL	Médio Baixo
INSTITUTO FEDERAL DA PARAIBA - CAMPUS MONTEIRO	MONTEIRO	Médio
INSTITUTO FEDERAL DA PARAIBA - CAMPUS DE CABEDELLO	CABEDELLO	Médio
INSTITUTO FEDERAL DA PARAIBA - CAMPUS SOUSA	SOUSA	Baixo

Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/enem/enem-por-escola>

Considerações Finais

Tomando como referência os dados coletados durante esse estudo, assim como acompanhamento enquanto profissional das ações que envolvem a política assistencial estudantil, no âmbito do IFPB- campus Sousa, constata-se que a referida política além de direito assegurado na Constituição Federal de 1988 e na Lei n.º 9.394/1996 deve ser compreendida também como um investimento a médio e longo prazo em mão de obra qualificada e em justiça social.

Os dados demonstraram que 71% dos discentes contemplados com os auxílios são oriundos das cidades circunvizinhas da cidade de Sousa, seguidos de 25% oriundos dos estados vizinhos do Ceará e Rio Grande do Norte. Contatou-se também que 59,7% desses discentes pertencem a famílias compostas entre 4 a 6 membros, com renda familiar de apenas um salário mínimo (81%). Durante a realização das entrevistas para seleção dos alunos a serem contemplados com os auxílios moradia, alimentação e transporte no ano de 2015, é perceptível na fala dos discentes, a importância do recebimento de tais auxílios, no sentido de garantir as condições financeiras para que os mesmos possam frequentar as aulas e concluir seus estudos. Percebe-se, que o fato de conseguirem uma vaga nos diversos cursos do



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

IFPB- Campus Sousa, significa para esses alunos despesas financeiras, as quais não podem ser supridas por sua famílias, já que se encontram em condição de vulnerabilidade social. Portanto, o apoio socioeconômico aos estudantes das classes populares beneficia não apenas os indivíduos diretamente alcançados, possibilitando a eles o acesso a uma formação de qualidade, como também contribui para tornar a sociedade menos desigual. Diante do exposto, percebe-se que, a partir de 2008, os recursos do PNAES vêm proporcionando ao IFPB- Campus Sousa desenvolver programas e ações que atendem os estudantes com insuficiência de condições financeiras, contribuindo para o êxito do acadêmico dos discentes.

Referências

AMARO, Sarita. **Serviço social na educação-** bases para o trabalho profissional. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 03 agosto de 2015.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

_____. Lei n. 9394, de 20/12/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Lei n. 10.172, de 9/1/2001. Estabelece o Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

_____. Ministério da Educação. **O plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas.** Brasília, DF: MEC, 2007.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). **Os desafios do Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: MEC /INEP, 2004.

CHIZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

IFPB. **Plano de Desenvolvimento Institucional- (2010 - 2014)**. João Pessoa, 2010.

LIMA FILHO. Expansão da educação superior e da educação profissional no Brasil: tensões e perspectivas. In, **Revista Educação em Questão**. Natal: Editora da UFRN, jan/ abril 2015.

SILVA, Marcela Mary da Silva. **Serviço social na educação: teoria e prática**. Campinas, SP: Papel Social, 2012.